

MINISTÉRIO DA SAÚDE (MS)

PROCESSO SELETIVO

Aplicação: 15/11/2008

NÍVEL V

CADERNO DE PROVAS – PARTE I

CONHECIMENTOS BÁSICOS (PARA TODOS OS NÍVEIS/ÁREAS DE ATUAÇÃO)

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Confira atentamente seu caderno de provas, que é constituído de duas partes, correspondentes às provas objetivas, da seguinte forma:
Parte I – 50 itens, ordenados de 1 a 50, correspondentes à prova objetiva de **Conhecimentos Básicos**;
Parte II – 70 itens, ordenados de 51 a 120, correspondentes à prova objetiva de **Conhecimentos Específicos**. **Atenção:** confira o nível, o número e o nome de sua área de atuação transcritos na capa da parte II do seu caderno de provas e no rodapé de cada página numerada da parte II do seu caderno de provas. Além disso, confira os seus dados pessoais no cabeçalho da capa da parte II do seu caderno de provas.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da **folha de respostas**, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:
O maior dos bens é viver com prazer.
- 3 Caso alguma parte do caderno esteja incompleta ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 4 Não utilize lápis, lapiseira (grafite), borracha e(ou) qualquer material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE/UnB.
- 5 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 6 Recomenda-se não marcar ao acaso: cada item cuja resposta diverja do gabarito oficial definitivo receberá pontuação negativa, conforme consta em edital.
- 7 A duração das provas é de **três horas e trinta minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 8 Você deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, **uma hora** após o início das provas e poderá levar o caderno de provas (partes I e II) somente no decurso dos últimos **quinze minutos** anteriores ao horário determinado para o término das provas.
- 9 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de provas.
- 10 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno (partes I e II) ou na folha de respostas poderá implicar a anulação das suas provas.

- De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 50 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código C, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.
- Sempre que utilizadas, as siglas subseqüentes devem ser interpretadas com a significação associada a cada uma delas, da seguinte forma: CF = Constituição Federal de 1988; MS = Ministério da Saúde; SUS = Sistema Único de Saúde.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Desde 1990, foram instituídos os conselhos e as conferências de saúde como instrumentos de controle social do SUS. Os conselhos de saúde são, hoje, uma realidade nos estados e municípios brasileiros. Quanto às características atuais dos conselhos de saúde, julgue os itens seguintes.

- 1 O conselho de saúde é o órgão deliberativo e permanente do SUS em cada esfera de governo, integrante da estrutura básica do MS e das secretarias de saúde dos estados, do DF e dos municípios.
- 2 No conselho de saúde estão representados o governo, os prestadores de serviço, as indústrias de tecnologias da saúde, os profissionais de saúde e os usuários.
- 3 Um dos papéis do conselho de saúde é atuar na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde na instância correspondente, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros.
- 4 O conselho de saúde constitui instância privilegiada devido à participação da sociedade organizada, garantida na legislação por uma representação igual dos usuários em relação a cada um dos demais segmentos representados.
- 5 Compete aos conselhos de saúde nacional, estaduais, municipais e do DF implementar a mobilização e a articulação contínuas da sociedade, na defesa dos princípios constitucionais que fundamentam o SUS, para o controle social de saúde.

O programa brasileiro voltado aos portadores do HIV (vírus da imunodeficiência humana) e doentes de AIDS (síndrome da imunodeficiência adquirida) tem o objetivo de oferecer subsídios para melhor enfrentar esse desafio e manter os princípios da cidadania. Acerca desse programa, julgue os itens de 6 a 9.

- 6 A legislação que dispõe sobre a distribuição de medicamentos aos portadores do HIV e doentes de AIDS garante a esses pacientes toda a medicação necessária a seu tratamento, gratuitamente, por meio do SUS.
- 7 A testagem do sangue para detectar o HIV, assim como outras doenças relevantes no Brasil, tais como a malária e a dengue, apesar de ser prática corrente nos bancos de sangue do país, não tem sua obrigatoriedade respaldada pela legislação em vigor. Dessa forma, a reformulação da legislação sobre esse tema tem sido alvo de grande advocacia dos gestores da Política Nacional de AIDS do MS.

8 Leis municipais que determinam a testagem obrigatória para HIV em grupos populacionais de maior vulnerabilidade constituem uma política reforçada pelo Programa Nacional de AIDS do MS e sua expansão tem sido observada em anos recentes.

9 A legislação brasileira que trata da regulamentação e da promoção dos direitos humanos oferece o arcabouço legal para as políticas nacionais no campo da AIDS no MS.

A Lei n.º 8.080/1990 dispõe acerca das condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. A respeito dessa lei, julgue os itens que se seguem.

- 10 A referida lei afirma que o processo de planejamento do SUS será ascendente. Essa afirmativa define que o planejamento é iniciado nos movimentos populares de usuários dos municípios e debatido com os setores municipais do SUS, onde é, então, aprovado e formalizado em planos de saúde municipais, para, somente após essas etapas, ser implantado plenamente nessa esfera de gestão.
- 11 O processo de planejamento e orçamento do SUS requer a compatibilização das necessidades da política de saúde com a disponibilidade de recursos estabelecida nos planos de saúde do município, do estado, do DF e da União.
- 12 Essa lei proíbe a transferência de recursos para o financiamento de ações não previstas nos planos de saúde, exceto em situações emergenciais ou de calamidade pública, na área de saúde.
- 13 De acordo com a referida lei, não será permitida a destinação de subvenções e auxílios a instituições prestadoras de serviços de saúde com finalidade lucrativa.
- 14 Na ocasião da publicação dessa lei, ficou determinado o prazo de dois anos para que o MS, em articulação com os níveis estaduais e municipais do SUS, organizasse um sistema nacional de informações em saúde, integrado em todo o território nacional, abrangendo questões epidemiológicas e de prestação de serviços.
- 15 No que se refere à gestão financeira do SUS, a lei em questão estabelece que os valores a serem transferidos aos estados, ao DF e aos municípios serão embasados em um único indicador, composto a partir de dois critérios: o perfil demográfico da região e o perfil epidemiológico da população a ser coberta.

Acerca do direito constitucional, julgue os itens a seguir.

- 16 A administração pública e, conseqüentemente, os seus agentes, independentemente do nível hierárquico destes, estão sujeitos, por expressa disposição constitucional, à observância de determinados princípios, entre os quais o princípio da eficiência.
- 17 Os princípios constitucionais estabelecidos consistem em determinadas normas que se encontram espalhadas pelo texto da CF, e, além de organizarem a própria Federação, estabelecem preceitos centrais de observância obrigatória aos estados-membros, em sua auto-organização.
- 18 O Brasil é um país laico ou leigo. Assim, a liberdade de convicção religiosa abrange inclusive o direito de não acreditar ou professar nenhuma fé, devendo o Estado respeito ao ateísmo.
- 19 A associação que busca uma finalidade ilícita poderá ser compulsoriamente dissolvida ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado.
- 20 Atualmente, não se reconhece a presença de direitos absolutos, mesmo que se trate de direitos fundamentais previstos na CF e em textos de tratados e convenções internacionais em matéria de direitos humanos. Os critérios e métodos da razoabilidade e da proporcionalidade se afiguram fundamentais nesse contexto, de modo a não permitir que haja prevalência de determinado direito ou interesse sobre outro de igual ou maior estatura jurídico-valorativa.
- 21 A boa aplicação dos direitos fundamentais de caráter processual, principalmente a proteção judicial efetiva, permite distinguir o estado de direito do estado policial.
- 22 O brasileiro naturalizado dispõe de proteção constitucional mais intensa que aquela outorgada aos súditos estrangeiros em geral, pois somente pode ser extraditado pelo governo do Brasil em duas hipóteses excepcionais: crimes comuns cometidos antes da naturalização e tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins praticado em qualquer momento, antes ou depois de obtida a naturalização.
- 23 Os entes federados são autônomos entre si, de acordo com as regras constitucionalmente previstas, nos limites de suas competências; a soberania, por seu turno, é característica da República Federativa do Brasil.
- 24 Pela teoria dos poderes remanescentes, à União cabem apenas os poderes que a própria Lei Magna expressa ou implicitamente lhe outorga. Assim sendo, os estados-membros podem realizar tudo o que a CF expressa ou implicitamente não lhes proíba.
- 25 Caso um estado-membro pretenda criar uma região metropolitana, são necessários os seguintes requisitos: lei complementar estadual, tratar-se de um conjunto de municípios limítrofes e a finalidade de organização, planejamento e execução de funções públicas de interesse comum.

Acerca do direito administrativo, julgue os itens subseqüentes.

- 26 O interessado em determinado processo administrativo tem direito a vista do processo e a obter certidões ou cópias reprográficas dos dados e documentos que o integrem, inclusive os dados e documentos de terceiros protegidos por sigilo ou pelo direito à privacidade, à honra e à imagem.
- 27 Se junta médica oficial declarar insubsistentes os motivos da aposentadoria, o servidor público aposentado por invalidez deverá ser reintegrado no cargo anteriormente ocupado.
- 28 De acordo com a Lei de Licitações, os contratos administrativos regulam-se pelos preceitos de direito público. Assim, não se aplicam a eles, nem de modo supletivo, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.
- 29 Da organização administrativa decorre para a administração pública o poder de controlar a atividade dos órgãos inferiores, para verificar a legalidade de seus atos e o cumprimento de suas obrigações. Tal poder é denominado poder disciplinar.
- 30 Na hipótese de superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato, os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro.
- 31 Caso um servidor público estável deva retornar ao cargo anteriormente ocupado devido à inabilitação em estágio probatório relativo ao seu novo cargo, e o cargo de origem se encontre provido, o servidor público deverá exercer suas atribuições como excedente, até a ocorrência de vaga.
- 32 Se um servidor público responder a processo administrativo de que lhe resulte a aplicação de determinada sanção, e, em seguida, surgirem fatos novos ou circunstâncias relevantes suscetíveis de justificar a inadequação da sanção aplicada, o processo administrativo poderá ser revisto a qualquer tempo, porém da revisão do processo poderá resultar agravamento da sanção.
- 33 Caso pretenda destruir bens impróprios ao consumo público, a administração necessitará requerer, mediante ação judicial, autorização para poder atuar.
- 34 Caso a administração aplique uma sanção disciplinar a certo servidor público, tal ato administrativo, quanto ao seu efeito, pode ser classificado como declaratório.
- 35 O servidor público que, habitualmente, mas fora do serviço, apresenta-se embriagado não infringe o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, pois, para isso, deveria apresentar-se embriagado no serviço.

Cada vez mais as organizações públicas buscam instrumentos de gestão que possibilitem o alcance de resultados que vão ao encontro de objetivos sociais. Esses objetivos são avaliados a partir de pressupostos de eficiência, eficácia e efetividade. Julgue os itens a seguir, a respeito da avaliação e da mensuração do desempenho governamental e dos processos participativos de gestão pública.

- 36** Efetividade se relaciona com a conquista dos objetivos desejados por determinada ação estatal, sendo irrelevantes os meios e mecanismos utilizados para se atingir tais objetivos.
- 37** Eficácia na área pública afere em que medida os resultados de uma ação trazem benefício à população.
- 38** A moderna avaliação e mensuração do desempenho governamental, por exemplo, no que tange à construção de um hospital, buscará apreciar não somente a conformidade legal do processo licitatório e que a construção seja feita na melhor relação entre qualidade e preço. Deverá ser observado se o empreendimento atendeu aos anseios das pessoas que dele se servirão e se ele conseguiu trazer benefícios à população.
- 39** A parceria entre governo e sociedade civil é uma das principais estratégias do Fome Zero e se concretiza tanto em ações emergenciais, de atendimento a populações em situação de risco social ou nutricional, quanto em ações estruturantes, que pretendem a emancipação socioeconômica das famílias, fomentando o desenvolvimento local e regional.
- 40** As parcerias público-privadas têm o propósito de fomentar uma cultura de parceria entre governo e sociedade civil mais adequada à realidade moderna. Essas parcerias, no longo prazo, pretendem substituir completamente o investimento público, redirecionando e inovando o planejamento estatal.

O diferencial competitivo de qualquer organização pública ou privada são os instrumentos gerenciais que utiliza, visando, desse modo, atingir os objetivos propostos em seu planejamento estratégico. Julgue os itens de **41** a **45**, acerca de instrumentos gerenciais contemporâneos e do planejamento estratégico.

- 41** A gestão embasada em processos preconiza uma visão sistêmica e horizontal da empresa.
- 42** Visando estabelecer uma efetiva gestão por processos, deve-se definir as fronteiras do processo, ou seja, identificar as etapas inerentes, os fornecedores e os insumos por estes fornecidos para o processo, bem como quem receberá o produto ou serviço de cada etapa, ao seu final.

- 43** A missão de uma organização pública deve definir de forma clara o alvo a ser alcançado a médio e longo prazos.
- 44** No planejamento estratégico, fatores críticos são aspectos negativos do contexto. Por exemplo, em um hospital que pretende atingir determinado número de leitos ocupados, um fator crítico é a quantidade de pessoas a serem atendidas no hospital.
- 45** Na análise da ambiência interna, busca-se observar aspectos como a existência de organizações que se propõem a realizar parcerias com a organização.

Quanto à administração financeira e orçamentária e ao controle externo, julgue os itens subseqüentes.

- 46** Em virtude dos princípios da legalidade e da indisponibilidade das receitas públicas, não será admitido o início de programas ou de projetos não incluídos na lei orçamentária anual, bem como a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários.
- 47** O plano plurianual é um instrumento de planejamento governamental de longo prazo, tendo vigência de quatro anos, de modo a coincidir com o mandato do chefe do Poder Executivo.
- 48** A Lei Orçamentária Anual compreende o orçamento fiscal, o orçamento de investimentos e o orçamento da seguridade social.
- 49** A classificação funcional é composta por um rol de funções e subfunções prefixadas e padronizadas para a União, os estados, o DF e os municípios, as quais servirão de agregador dos gastos públicos por área de ação governamental.
- 50** As decisões do Tribunal de Contas da União podem ter eficácia de título executivo, bem como conter apreciação da constitucionalidade de leis e atos do poder público.